

CIDADE SEM NOME

revista eletrônica

artigo publicado em novembro/2005

HOMEM COLETIVO HOMEM COLETIVO

Reinaldo Maia

Autor e diretor teatral, fundador do Grupo Folias d'Arte. Livros Publicados: "Uai, Why not?(ficção) "Ator Criador" (ensaio-segunda edição) e "Brecht Visto da Rua" (ensaio).

Este trabalho foi apresentado no ciclo de palestras “ ... Homem - Coletivo - Homem – Coletivo – Homem – Coletivo ... “, organizado pela Coordenação de Artes Visuais da FUNARTE/SP, dia 25 de outubro de 2005, no Teatro Arena Eugenio Kusnet.

De acordo com a confiança e a generosidade do Roberto Bicelli, me foi dado a tarefa de falar neste encontro, da Coordenação de Artes Visuais da FUNARTE/SP, a partir da visão histórica da questão a ser tratada pelos demais expositores, isto é, sobre o indivíduo e o coletivo na atuação dos “artistas”. E faço questão em colocar a palavra artista entre aspas e espero poder justificar porque até o final dessa exposição.

A primeira questão que me veio à cabeça, quando do convite recebido, foi a do “porquê” estar sendo realizado esse encontro com esse tema nesta época. Penso que tem a ver com as transformações porque tem passado o mundo, nos últimos anos, e, em particular, os acontecimentos que tem obrigado a nós, simples mortais, a modificarmos nosso olhar em relação ao conceito de indivíduo e de coletivo na história. Modificação que não tem nada a ver com uma visão moralista da questão mas, eminentemente, política, seja pelo contexto global e/ou nacional dado pela história recente.

Em tempos de “lasser-faire” global, de competitividade, de *desidentificação* e/ou identificação com um “outro” que não reconheço mas invejo, de consumismo acelerado, de desemprego, do questionamento dos valores “sagrados” que fundaram a ação da política no século passado, da morte anunciada da utopia e/ou de sua não possibilidade na atualidade, das casas e cidade muradas contra a violência da vida urbana, da existência extrovertida e irrefletida do mero “ficar” da vida sexual não mais bi-polarizada mas multifacetada, da materialização e mercantilização das religiões, do descompasso dos Partidos com a vida política e com os cidadãos, temos que concordar que: faz-se urgente refletir sobre o papel do indivíduo e o papel do coletivo na vida em sociedade e, em particular, na criação cultural.

Peço licença e paciência aos presentes, porque vou iniciar essa minha pretensa reflexão relembando um texto dos “Manuscritos: economia e filosofia” de Karl Marx. Isto porque acredito que ao realizar esses encontros não estamos inventando a roda, mas tentando adequá-la a sua época, por isso a necessidade de se ser radical, ir a raiz do problema.

“A essência humana da natureza não existe mais que para o homem social, pois só assim existe para ele como vínculo com o homem, como existência sua para o outro e existência do outro para ele, como elemento vital da realidade humana; só assim existe como fundamento de sua própria existência humana. Só então se converte para ele sua existência natural em

sua existência humana, a natureza em homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o realizado humanismo da natureza.”

Essa primeira citação, nos recorda que a nossa natureza é antes de tudo social. Essa é a essência de nosso naturalismo e a humanização da própria natureza. Existimos e definimos a nossa existência pela relação que estabelecemos com o “outro” e com a natureza. É essa relação que nos humaniza, conforma a nossa visão do mundo e da própria natureza. “Somos” e nos definimos em relação com o “outro” e com a natureza. A sociedade, a partir dessa visão, é a plena unidade do homem consigo mesmo e com a natureza. Podemos afirmar, assim, que a visão “Robsoniana”, isto é, de que somos a partir de nós mesmos, torna-se impossível, porque nos faltaria o “outro” para nos entendermos como um “eu” particular. Na própria ficção houve a necessidade de se criar o Sexta-Feira, para que se pudesse contar a história de Robson Crusóé, no mínimo como testemunha ocular de sua saga.

Isto posto, podemos continuar citando Marx nos Manuscritos:

“(…) Porém inclusive quando eu só atuo cientificamente, etc. , em uma atividade que eu mesmo não posso levar a cabo em comunidade imediata com outros, também sou social, porque atuo enquanto homem. Não só o material da minha atividade (como o idioma, com o qual opera o pensador) me é dado como produto social, porque o que eu faço o faço para a sociedade e com consciência de ser um ente social.(…) O homem assim, por mais que seja um indivíduo particular (e justamente é sua particularidade o que faz dele um indivíduo e um ser social individual real), é na mesma medida, a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na realidade existe como intuição e gozo da existência social e como uma totalidade de exteriorização vital humana.”

Como diria em outras palavras e em outro contexto o próprio Marx, o intelectual, o homem como ser pensante, não brota do chão como o cogumelo mas é fruto do Todo social onde convive e interage. Como ser particular, meu “eu”, que constitui minha existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para mim, é a minha totalidade ideal, mas como resultante da minha vida em sociedade. Ela é forjada na “relação com a sociedade (natureza humanizada) e com os “outros” que a constituem. Neste sentido, diz Marx:

“Pensar e ser estão, pois, diferenciada e, ao mesmo tempo, em unidade um com o outro.”

E entre todas as atividades que desenvolve o Homem em sua vida social, a criação simbólica, isto é, a criação artística melhor sintetiza essa sua realidade. Por se dar em sociedade, está sob os mesmo signos apontados anteriormente no que diz respeito à natureza e ao humano. É uma atividade humana que só adquire sentido, pensada e realizada, na vida em sociedade e em relação e para o “outro”. Não há como dissociar uma coisa da outra. Por mais que o indivíduo, na criação de sua “obra”, mantenha-se isolado da vivência social, e não a crie em colaboração e em contato com os “outros” agentes da vida em sociedade, ela resulta como produto dessa totalidade da qual ele faz parte.

Numa sociedade dividida em classes sociais, e acreditamos que mesmo tendo o filósofo americano Fukuyama declarado o fim da história e das classes sociais elas insistem em existir, haverá tantas criações simbólicas sobre a totalidade social, quantos forem os olhares depositados sobre ela das distintas classes que a compõe. Um parênteses, as vezes torna-se necessário reafirmar o óbvio ululante nestes tempos de desideologização organizada. Ou seja, a Totalidade social é constituída a partir da minha experiência individual, do meu

posicionamento dentro das relações sociais e produtivas existentes na vida em sociedade. É esse posicionamento que determina minha intuição e meu gozo social, assim como minhas escolhas.

Poderia ser questionado, então, da nulidade de se realizar um encontro entre criadores para se falar do indivíduo e do coletivo, posto que, qualquer obra guarda em-si, independente da vontade e/ou consciência de seu criador, o fato de ser criação coletiva. Não se é inútil porque o Coletivo, que quer discutir o encontro, é aquele resultante do livre-arbítrio dos indivíduos em construir uma experiência que está na contra mão do modelo vigente e proposto pelo sistema econômico capitalista, onde se privilegia o individualismo em detrimento das relações coletivas. Ou seja, na visão mercadológica da criação artística a “autoria”, isto é, o fetiche da criação simbólica como fruto essencial da criação do indivíduo, é necessário para se estabelecer um Valor de Troca que possa movimentar o mercado e estabelecer valorações “monetárias” para as criações. A “obra de arte” como valor de troca, deixa e/ou perde sua função “social” e cultural para se reduzir a um valor econômico que vai de encontro às necessidades de reprodução do Capital. A abstração que preside e fundamenta a existência do dinheiro, tem que ser afirmada na criação do “autor da obra”, como fruto único de sua genialidade e imaginação. Para melhor se entender essa tentativa de teorização, quero lembrar o filme de Orson Welles – “For Fake”, que discute as falsificações e os falsificadores dos grandes mestres da pintura ocidental, como um grande material para se desmascarar o “mito da autoria e da valoração econômica da “obra de arte”, como fruto do “autor” como valor em si.

Foi a especialização e a comercialização do trabalho do artista que tornou necessário o processo de “indivíduoação” da sua criação. Talvez tenha sido na Renascença onde esse movimento de mercantilização da arte tenha dado seus primeiros passos com a existência das “corporações” e dos mestres. Época em que os discípulos eram meros coadjuvantes dos seus mestres, permanecendo no anonimato, mesmo que realizando o trabalho mais árduo. Período histórico que coincide com a expansão Mercantilista e a necessidade da acumulação e reprodução do Capital como fator preponderante do poder político e do Estado. Dentro desse entendimento fica mais fácil entendermos a necessidade do Vaticano em ter pago uma Capela Sistina ou da família Medicis ter se dedicado tanto a financiar seus tutelados e protegidos artistas. O artista passa a ser “unidade produtiva e rentável” e doador de valor e “status” ao Poder e ao Estado. Exemplo histórico, dessa etapa do desenvolvimento social e econômico, se encontra na vida de Galileu Galilei e no texto de Bertolt Brecht, que mostra claramente as contradições que daí começaram a surgir com o ato de pensar e criar.

Neste sentido, podemos datar, sem querer estabelecer limites e classificações, as preocupações com o Coletivo com a organização na sociedade de movimentos sociais que começam a colocar em cheque o modo de produção capitalista e que tem o seu auge na Revolução de 1917 e a fundação da União das Repúblicas socialistas Soviéticas.

A arte vista como mero Valor de Troca mas como tendo um valor e uma função social a desempenhar nas transformações das relações produtivas e humanas existentes. A criação de Coletivos criativos, tal como conhecemos, hoje, refletem e espelham as organizações sociais que se organizaram para se contrapor aos valores vigentes na sociedade dividida em classes sociais. Insatisfeitos, os criadores das diferentes linguagens artísticas, em serem vistos como meros produtores de mercadoria, reivindicam um papel para as artes, na construção de uma nova sociedade, livres dos limites impostos pelas Leis do Mercado e da necessidade de gerarem rendimentos econômicos com suas criações.

As organizações anarquistas e, posteriormente, as comunistas e socialistas, colocam ao criador novas tarefas para serem desempenhadas pelas suas criações, que não aquelas determinadas pelos “agentes e comerciantes” do mercado artístico. O distanciamento entre o aquele que cria e aquele com o qual pretende se comunicar não se dá mais pela mera relação comercial, mas por uma identificação de propósitos e de modos de ver a realidade onde está inserido. A “autenticidade da obra”, e coloca isso entre aspas”, não é mais medida pelo seu Valor de Troca, mas pelo ponto de vista que adota o seu criador, tendo em consideração a correlação de forças sociais e políticas existentes na sociedade. O que era visto como natural, o criador isolado em sua torre de marfim exercendo sua genialidade artística, é historicizado e visto como não natural, mas fruto de sua época.

Os coletivos criativos ganham mais expressão com as lutas de Libertação Nacional dos anos 50 e 60, quando as antigas colônias iniciam um processo, através das organizações sociais e políticas, objetivando a sua autodeterminação histórica, política e cultural. Se localizarmos esse período no Brasil, vamos encontrar vários exemplos desses movimentos coletivos na área teatral, na área cinematográfica, na área literária, das artes visuais, na música. E aqui vale uma observação. Os Coletivos artísticos, aqui assim denominados, nem sempre se resumem a partilhar em comunidade com “outros” artistas suas criações, muito vezes, o que partilham é a função que dão as suas criações, desde o ponto de vista da participação nas lutas e reivindicações da sociedade. A imprensa gosta de chamá-los de engajados, como se houvesse possibilidade de haver uma criação artística não engajada. Exemplo que vêm a memória mais claramente de um coletivo dessa natureza é o que reuniu diferentes artistas e linguagens para a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. O programa desses artistas era de fazer uma intervenção profunda nas “formas” artísticas vigentes, visando colocar em discussão a “arte e a própria sociedade”. Ou, mais recentemente, o Movimento do Cinema Novo, com suas diferentes criações objetivando contribuir para a transformação das relações sociais, políticas e culturais do Brasil dos anos 60.

Num Coletivo não se anula o indivíduo. Essa é uma ilusão a ser combatida por aqueles que querem vislumbrar novas formas de criação artística. Muito pelo contrário. Na área da criação artística, onde a liberdade de criação e de expressão é fundamental para a sua consecução, o Coletivo se constitui a partir da diversidade e da pluralidade dos indivíduos que o compõem. As experiências recentes de compartilhamento do mesmo espaço físico para se montar os ateliês é uma prova dessa unidade criativa. Os grupos de teatros atuantes, hoje, na cidade de São Paulo também o são. Pensar ao contrário é cometer o erro do estabelecimento do “pensamento único” e da homogeneização artística, o que equivaleria a criação de uma arte que não é mais arte, já que a arte por definição é ruptura, diversidade e não conservação, costume, hábito.

A tendência dos artistas em constituírem coletivos não é suficiente para defende-los ou valora-los em relação as demais formas de criação. Na arte a tendência, a tomada de posição diante da realidade é necessária, mas não satisfaz o seu fundamento, que é a necessidade de se ter qualidade e excelência. Reflexão amplamente realizada por Walter Benjamin em relação à obra de Bertolt Brecht. A opção por uma arte com função social é a escolha de um caminho em que o que está em jogo não é apenas a criação em-si, mas, também, a necessidade sentida em se transformar as “formas” da produção da própria obra de arte. Isto é, no processo produtivo está se interferindo, também, nas relações produtivas existentes para se criar a obra de arte.

A questão do Coletivo e do indivíduo, nestes tempos de reprodutividade técnica, do desenvolvimento acelerado dos meios de produção e de comunicação está posta já que a questão da “autoria”, a cada dia que passa, menos importância tem fora do mercado artístico. O salto a ser dado, no caso nacional, é a retomada das discussões que coloquem em questão os “escaninhos e classificações” favoráveis ao comércio, mas danoso a arte. Isto é, que as diferentes linguagens artísticas entendam a necessidade do intercâmbio como maneira de reação aos limites impostos pelo mercado para o desenvolvimento de novas experiências que as sintonizem com o seu tempo histórico. Assim, artes cênicas, visuais, literárias, musicais, áudios-visuais muito teriam a ganhar se dialogassem entre si, numa troca de experimentos e de leituras da realidade atual.

A reflexão sobre o indivíduo e o Coletivo não se restringe, como poderia supor a vã filosofia, a ser apenas uma categoria dentro dos possíveis modos de produção. Desde o alvorecer da criação artística, ainda nos tempos do homem da caverna, o indivíduo sempre se deparou com uma questão que lhe é primordial: manter-se isolado e tentar salvar o seu e virar as costas para o “outro” ou se entender com o “outro” para conhecer-se melhor e construir um coletivo que torne a sobrevivência menos dura e feliz. Neste sentido, muito tem a dar de exemplo e a contribuir as diferentes linguagens artísticas, como uma forma de diversão e de conhecimento.

Nota dos Editores

Os artigos publicados em **CIDADE SEM NOME** não refletem opinião ou concordância da equipe editorial da revista, sendo o conteúdo e a veracidade dos artigos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

Os autores ao submeterem os artigos a **CIDADE SEM NOME** consentem no direito de uso e publicação dos mesmos por meios eletrônicos e outros (eventualmente em parcerias com terceiros), com finalidades acadêmicas, culturais e artísticas, de debate e divulgação de informação. Ou seja, os artigos publicados passam a fazer parte do acervo de **CIDADE SEM NOME**.